

# BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN: 2446-7014

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2017

Número 54



CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA (NAC)

## BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal vinculada ao Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Marinha. O NAC possui o objetivo de acompanhar a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de ampliar o conhecimento por meio da elaboração deste boletim, além de outros produtos que porventura venham a ser demandados pelo Estado-Maior da Armada.

Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como, seus desdobramentos.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos compactos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ainda, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”, voltada a artigos que abordam assuntos não relacionados, especificamente, a uma das regiões supracitadas.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Núcleo de Avaliação da Conjuntura do CEPE e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (*blind peer review*). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394

E-mail: [geocorrentenac@gmail.com](mailto:geocorrentenac@gmail.com)

Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.

## CONSELHO EDITORIAL

Editor Responsável

*Leonardo Faria de Mattos (EGN)*

Editor Científico

*Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)*

Editores Adjuntos

*Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)*

*Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)*

*Noele de Freitas Peigo (FACAMP)*

## Pesquisadores do Núcleo de Avaliação da Conjuntura

*Adriana Escosteguy Medronho (EHES)*

*André Figueiredo Nunes (ECEME)*

*Ariane Dinalli Francisco (Universität Osnabrück)*

*Beatriz Mendes Garcia Ferreira (UFRJ)*

*Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)*

*Catharine Simões (UERJ)*

*Daniel Santos Kosinski (UFRJ)*

*Dominique Marques de Souza (UFRJ)*

*Ely Pereira da Silva Júnior (UERJ)*

*Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)*

*Gabriela Mendes Cardim (UFRJ)*

*Gabriela da Conceição Ribeiro da Costa (UERJ)*

*Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)*

*Giulianna Bessa Reis Anveres (PUC-Rio)*

*Jéssica Pires Barbosa Barreto (UERJ)*

*João Victor Marques Cardoso (UFF)*

*José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)*

*Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)*

*Larissa Marques da Costa (UFRJ)*

*Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)*

*Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)*

*Luma Teixeira Dias (UFRJ)*

*Marcelle Siqueira Santos (UERJ)*

*Marcelle Torres Alves Okuno (IB-MEC)*

*Matheus Souza Galves Mendes (EGN)*

*Pedro Allemand Mancebo Silva (UFRJ)*

*Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Universidade de Santiago)*

*Pedro Mendes Martins (UERJ)*

*Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)*

*Rebeca Vitória Alves Leite (UFRJ)*

*Stefany Lucchesi Simões (UNESP)*

*Taynara Rodrigues Custódio (UFRJ)*

*Thaís Abygaëlle Dedeo (UFRJ)*

*Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)*

*Vinicius de Almeida Costa (EGN)*

*Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)*

*Vivian de Mattos Marciano (UFRJ)*

Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos pesquisadores do NAC, não retratando a posição da Escola de Guerra Naval e nem da Marinha do Brasil.

## SUMÁRIO

- |                                                                                      |                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| • O ouro branco da América do Sul.....(Pág. 2)                                       | • OBOR e a projeção chinesa no sul do Cáucaso.....(Pág. 6)                               |
| • Guerra das Malvinas: 35 anos depois.....(Pág. 2)                                   | • Energia Nuclear e a Segurança Energética japonesa.....(Pág. 7)                         |
| • As obras do Canal da Nicarágua não avançam.....(Pág. 3)                            | • China procura novos países para fornecimento de energia.....(Pág. 7)                   |
| • República Democrática do Congo: crise humanitária e apego ao poder.....(Pág. 3)    | • A Índia e o Sul da Ásia: Tentativas de reafirmação de áreas de influência.....(Pág. 8) |
| • Convulsão Social e Faccionalismo Político na África do Sul.....(Pág. 4)            | • Marinha Real Tailandesa adquire submarinos chineses.....(Pág. 8)                       |
| • Reino Unido de volta ao Terror.....(Pág. 4)                                        | • A Democracia como o primeiro (de muitos) desafios ao Timor-Leste.....(Pág. 9)          |
| • As relações Turquia-EUA: o desafio de conciliar demandas divergentes.....(Pág. 5)  | • Fairbanks e além.....(Pág. 9)                                                          |
| • Fissuras políticas no Egito: Península do Sinai e o avanço terrorista.....(Pág. 5) | • Artigos selecionados e notícias de Defesa.....(Pag. 10)                                |
|                                                                                      | • Referências..... (Pag. 11)                                                             |

## O ouro branco da América do Sul

Carlos Henrique

No contexto de queda no preço do cobre, sua principal *commodity* de exportação, o Chile encontra uma nova oportunidade, ao voltar seus olhos para outro recurso em abundância no país: o lítio. Estima-se que cerca de 54% das reservas mundiais estejam em solo chileno – boa parte delas localizada em Antofagasta, região que outrora deu acesso ao mar à Bolívia. Uma das explicações para o aumento da demanda pelo lítio é o desenvolvimento de carros elétricos no mercado asiático, para os quais o minério possui potencial energético. Todavia, quando comparado ao cobre, seu peso no mercado chileno ainda é pequeno: em 2014, enquanto o cobre movia US\$ 100 bilhões, o lítio movia cerca de US\$ 2,5 bilhões.

Esse “ouro branco”, entretanto, não é exclusivo do Chile, na América do Sul. Além do país andino, a Argentina explora este recurso e, completando o “Triângulo do lítio”, a Bolívia, que possui uma das maiores reservas mundiais, no Salar de Uyuni. A situação do Brasil é inferior quando comparada aos três vizinhos. Contudo, uma recente descoberta de reservas, no Vale do Jequitinhonha, elevaria as atuais reservas de 0,4% à 8%, tornando o país o quinto no ranking de reservas mundiais.

Enquanto novos projetos são anunciados para aumentar a produção chilena – que esbarra em burocracias legais domésticas – e Argentina, que explora uma nova salina, a de Olaroz; a Bolívia começa, de fato, a se preocupar com a industrialização do metal. Em fevereiro, foi enviado um projeto de lei, para o congresso do país altiplano, para a criação da *Yacimientos del Litio Boliviano* (YLB). Atualmente, ocorre o processo de licitação para a construção da planta de exploração do lítio no Uyuni. Dentre as dificuldades, citam-se a limitação tecnológica e as resistências locais, devido à degradação ambiental que a atividade pode causar – fato que impacta no setor turístico, principal impulsionador da economia local.

### UBICACIÓN

• Los tres países que suman el 65% de las reservas de litio del mundo



Foto: El Litoral

## Guerra das Malvinas: 35 anos depois

Beatriz Mendes

No começo de abril, iniciaram-se as cerimônias em memória ao aniversário de 35 anos da Guerra das Malvinas, conflito que irrompeu entre Argentina e Reino Unido, em 1982. Invariavelmente, antigas questões foram levantadas acerca da histórica disputa entre os dois países.

A Guerra, que durou 74 dias, ocorreu devido a séculos de reivindicação argentina pela soberania do arquipélago, que se encontra a menos de 500 km do seu território. A exaustão das vias diplomáticas foi considerada como justificativa para a invasão argentina, no entanto, as consequências desta foram: a derrota do país e a afirmação da presença britânica nas ilhas, que permanece até os dias atuais.

Para a Argentina, a pauta das Malvinas é prioritária; o Reino Unido, por sua vez, não demonstra nenhuma intenção de retomar o diálogo. Ademais, a disputa entre os dois países, 35 anos depois da Guerra, permanece latente na agenda dos dois Estados, pelo fato de se tratar de região estratégica no Atlântico Sul. Além de importante rota comercial, em área próxima à confluência bioceânica entre o Pacífico e o Atlântico, a ilha possui reservas de petróleo, gás natural, urânio, zinco, dentre outros recursos naturais.

O fato é que, mais de três décadas após o conflito, as motivações que levaram ao mesmo continuam vivas. Por outro lado, as negociações diplomáticas seguem paralisadas, fazendo com que a solução para a peleja histórica pareça uma possibilidade cada vez mais distante.

## As obras do Canal da Nicarágua não avançam

*Catharine Simões*

Em 2013, a empresa chinesa *HK Nicaragua Canal Development Investment Co. Limited* (HKND Group) obteve concessão exclusiva de 50 anos, que pode vir a ser prorrogada, para construir e operar o Canal da Nicarágua. Esse empreendimento foi estimado em 50 bilhões de dólares e tem como foco ser três vezes mais longo e duas vezes mais profundo do que o Canal do Panamá, de modo que permita a passagem de embarcações maiores. Além disso, inclui-se à iniciativa a construção de dois portos, um aeroporto, entre outros projetos paisagísticos.

A elaboração de estudos de impactos sociais e ambientais do Canal começou em 2014; todavia, desde então, a obra mantém-se estagnada. Ressalta-se que a previsão de entrega da construção seja para 2020, e que a empresa HKND tenha buscado outros parceiros para continuá-la.

Embora, estrategicamente, para a China, esse investimento represente uma futura expansão comercial na América, o governo chinês afirma não estar envolvido no mesmo, e que se trata de negócio puramente privado. Tal alegação aumenta as especulações de que a HKND teria perdido sua capacidade aquisitiva, no que tange à viabilidade de construção do Canal, por causa das convulsões no mercado de ações de Pequim e da desaceleração econômica. Soma-se a isso a falta de transparência no projeto, ocasionando aumento das críticas, principalmente por parte dos Estados Unidos, que alegam ausência de clareza do planejamento.

Enquanto as obras não avançam, aumentam-se as tensões entre os grupos de fazendeiros, ambientalistas e ativistas contra o governo da Nicarágua, tendo-se em vista que o impacto socioambiental que a construção pode causar é significativo: a preocupação com a possibilidade de poluição do Lago Nicarágua atinge a Costa Rica, que também depende do mesmo para sua segurança hídrica. Foram feitas promessas de construção de pontes ecológicas, mas cientistas argumentam que essas medidas não serão suficientes para amenizar os danos que tal empreendimento pode ocasionar.

## ÁFRICA SUBSAARIANA

### República Democrática do Congo: crise humanitária e apego ao poder

*Gabriela Cardim*

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, no dia 31 de março, por unanimidade, a manutenção da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), por mais um ano e com redução no número de pessoal: de 19.815 para 16.215 militares. O país, um dos mais instáveis do continente, é palco de conflitos na região de Kasaï Central. Segundo relatório da ONU, cerca de 350 mil pessoas estão no programa de assistência emergencial e mais de um milhão já se deslocaram desta área.

As tensões começaram em abril do ano passado, quando o governo central congolês se recusou a reconhecer Jean-Pierre Mpandi como Kamuina Nsapu, um título hereditário, dado aos chefes tradicionais de um agrupamento de vilas na província de Kasaï Central. Tal fato gerou discursos inflamados por parte do líder e desencadeou seu assassinato, pelas forças de Segurança do Governo, juntamente com alguns de seus seguidores, em agosto de 2016. No mês anterior, já havia sido criada a milícia Kamuina Nsapu, cujas ações contra as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) se intensificaram após o anúncio da morte de Mpandi. O grupo exigia a devolução do corpo do líder à sua família, demanda atendida pelo governo congolês no último dia 15 de abril.

A instabilidade no centro do país revela, não apenas uma crise regional, mas também, a insatisfação popular generalizada com a administração de Joseph Kabila, presidente desde 2001. O prazo de expiração de seu mandato era dezembro de 2016, mas, alegando razões técnicas, o governo declarou a impossibilidade de realizar eleições.

A República Democrática do Congo tem a segunda maior área geográfica da África e uma população expressiva de 77 milhões de habitantes. Suas irrupções internas geram, portanto, um intenso fluxo de deslocamento de pessoas para os países vizinhos, alterando a dinâmica do centro do continente, e atingindo até o Estado brasileiro: os congoleses já são a quarta maior comunidade refugiada no país.

## Convulsão Social e Faccionalismo Político na África do Sul

*João Victor Marques*

A revista *Time* publicou, em 22 de maio, uma lista contendo os cinco líderes menos populares do mundo: os primeiros-ministros da Malásia, e os presidentes da Venezuela, Brasil, África do Sul e Grécia. No que diz respeito ao presidente sul africano, Jacob Zuma, sua taxa de aprovação atinge menos de 20% nas sete maiores regiões metropolitanas do país, e mais de 70% da população quer sua renúncia. Com uma economia cambaleante devido ao baixo ciclo de commodities, a desvalorização da moeda local, o Rand, a taxa de desemprego em quase 30%, e os escândalos de corrupção envolvendo diretamente o presidente, o risco político tem se elevado no país.

Manifestações populares se intensificaram nos últimos dois meses, após Zuma trocar a liderança de 10 ministérios, entre eles, o ministro das finanças, Pravin Gordhan, figura respeitada por investidores. A medida, além de exacerbar vozes da oposição, revelou as diferenças internas ao partido governista, Congresso Nacional Africano (CNA). Por um lado, tanto a oposição da direita, quanto da esquerda, têm se aproveitado do alegado mau uso dos fundos estatais, da chamada captura do governo por corporações empresariais, dos escândalos de corrupção e das denúncias de abuso, para demonstrar o desvio moral de Zuma que o impossibilitaria de continuar no poder. Por outro, o vice-presidente, Cyril Ramaphosa, cotado para substituir Zuma na liderança do CNA, em dezembro, tem se desvencilhado, gradativamente, da órbita do atual presidente, mirando nas eleições presidenciais de 2019.

A crise política e o baixo desempenho econômico, com uma previsão de crescimento do PIB de 0,8% – além da profunda desigualdade social – criam uma conjuntura desestabilizadora na África do Sul, segunda maior economia do continente e único país africano membro do G-20. Enquanto país rico em recursos naturais que despertam interesses estrangeiros, as instabilidades supracitadas devem ser analisadas com atenção, uma vez que podem ter consequências diretas para os negócios bilaterais sul-africanos com outros países.

## EUROPA

### Reino Unido de volta ao Terror

*Matheus Mendes*

No último dia 23 de maio, o Reino Unido vivenciou seu segundo ataque terrorista em dois meses. O primeiro fora no final de março, quando um carro atropelou dezenas de pessoas próximo ao Parlamento Britânico em Londres, deixando 6 mortos; já o ataque mais recente ocorreu em Manchester após um show, quando um nacional, filho de imigrantes líbios, fez uma detonação suicida, matando 22 pessoas e deixando mais de uma centena de feridos. Este ataque foi reivindicado pelo Estado Islâmico.

A Política Externa Britânica voltada ao terrorismo sofre duras críticas, principalmente após a publicação do “Inquérito Chilcot”, que condenou a ação da então administração Blair na Guerra do Iraque, evidenciando que a invasão britânica no país foi desproporcional e ocorreu sem que todos os recursos diplomáticos tivessem sido esgotados. A lógica reinante da “Guerra ao Terror” gerou, entre outras coisas, o enfraquecimento estrutural dos Estados nos quais as células terroristas se baseiam e, contrariamente ao que se supunha, permitiu o crescimento de grupos extremistas, como o próprio Estado Islâmico. A atuação do Reino Unido no Oriente Médio, assim como em outros países islâmicos, por exemplo, a Líbia e a Síria, evidencia o papel do país na manutenção do poder por meio da força (*hard power*), ocasionando um sentimento “anti-britânico”, perpetrado, sobretudo, por jihadistas.

O que chama a atenção, nos dois casos, é a proximidade de eventos políticos importantes: o primeiro atentado ocorreu uma semana antes da Primeira-Ministra Theresa May ativar o Artigo 50 do Tratado de Lisboa, iniciando o processo de saída do país da União Europeia, enquanto o segundo ocorreu duas semanas antes das Eleições Gerais previstas para o próximo dia 8 de junho. Com relação às eleições, os principais partidos que rivalizam a política britânica (Conservadores e Trabalhistas) mantêm posições bem próximas quanto ao seu entendimento de como conduzir a questão do terrorismo. O “fato novo”, por assim dizer, é o “Brexit”, no qual os discursos outrora favoráveis a uma condução regional das resoluções agora se apresentam de modo mais moderado, buscando cooperação com o Continente, mas evidenciando que a Segurança Nacional é um tema a ser tratado internamente.

## ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

### **As relações Turquia-EUA: o desafio de conciliar demandas divergentes**

*Taynara Custódio*

No último 16 de maio, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, esteve em Washington esperando conseguir negociar a decisão americana de fornecer armamento para as Unidades Populares de Proteção do Curdistão (YPG, sigla em curdo). O plano americano para combater o Estado Islâmico (EI) na cidade de Raqqa passa pelos trâmites de uma dispensa presidencial especial conhecida como “Seção 1209”, que permite ao Pentágono armar milícias estrangeiras.

A decisão de fornecer armas diretamente ao YPG coloca Washington e Ancara em rota de colisão, uma vez que a Turquia considera o YPG como uma extensão do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, *Parti Karkerani Kurdistan* em curdo), uma organização considerada terrorista pela Turquia e mesmo pelos EUA.

Cabe ressaltar que qualquer tensão bilateral que venha a surgir a partir das dificuldades de se chegar a um consenso pode vir a impactar, inclusive, na presença de forças militares dos EUA e de outros países da OTAN, na base aérea de Incirlik, localizada a 110 quilômetros da fronteira com a Síria, e até mesmo, a permanência dos turcos na Aliança Militar. Incirlik foi construída em 1955, sendo considerada uma das bases aéreas mais importantes da Aliança Militar. Segundo algumas fontes, 50 ogivas nucleares norte-americanas são armazenadas lá. Além de, aproximadamente, 1.500 militares dos EUA, a base também possui militares e aeronaves do Reino Unido, Alemanha, Espanha e República Tcheca.

A visita de Erdogan aos EUA não atendeu às demandas turcas; no entanto, Trump se comprometeu a continuar apoiando o país nas ações contra o PKK, principalmente, repassando dados de inteligência militar. Embora Washington reconheça as preocupações de Ancara acerca deste tema, o YPG é visto pelo Pentágono como um aliado crucial na retomada de Raqqa e no combate ao EI. No momento é muito difícil prever o desfecho dessa questão, mas os indícios levam a crer que o surgimento de um Estado Curdo, formado por parte do território sírio e parte do iraquiano, sem comprometer a soberania turca, com o apoio dos EUA, não demore muito a ocorrer.

### **Fissuras políticas no Egito: Península do Sinai e o avanço terrorista**

*Pedro Kilson*

A intensa instabilidade política estabelecida no Norte da África, notadamente após as insurreições populares de 2011, engendra vácuos de poder capazes de dismantlar a legitimidade de um Estado centralizado, viabilizadora de sua integridade territorial e coesão social. Nesse sentido, o cenário geopolítico da Península do Sinai representa as debilidades sociopolíticas regionais, materializadas por meio do desenvolvimento de atividades terroristas fundamentadas nas fissuras sociais e nas complexas relações de poder locais. Ataques sistemáticos a comunidades de cristãos coptas na Península reconfiguram o palco geopolítico regional, ao engendrar um deslocamento massivo de pessoas e o questionamento ao Estado egípcio quanto

à sua legitimidade no âmbito da proteção de seus cidadãos pertencentes a minorias religiosas. Dessa forma, a expansão do Estado Islâmico (EI) na região é uma variável analítica considerável para determinar as novas ameaças ao Egito e aos cristãos minoritários, bem como ilustra as fissuras políticas da Península, dividida em dois eixos de poder, aguçando insurgências político-militares.

A condução de ataques a cristãos minoritários naquela região resultou em mortes e deslocamento forçado, no mês de maio, de dezenas de cidadãos egípcios, fomentando uma forte desaprovação popular quanto às políticas de Estado direcionadas ao antiterrorismo. Sob tal lógica, considera-se o iminente desmantelamento de um pilar de suporte político ao general Sisi, uma vez que os cristãos coptas, tradicionalmente apoiadores do presidente, desde a destituição da Irmandade Muçulmana do poder em 2013, encontram-se marginalizados e desamparados pelo Estado. Sob uma perspectiva abrangente, a Península do Sinai representa um palco altamente vulnerável e de crise humanitária em razão, sobretudo, da presença do Estado Islâmico, que já ocasionou o deslocamento de mais de 30 mil famílias nos dois últimos anos.

Verifica-se que o controle do território egípcio configura uma das facetas das políticas expansionistas do EI, que vislumbra a Península do Sinai enquanto um laboratório geopolítico para esforços desestabilizadores, presumivelmente aplicáveis a todo o Egito. O enfraquecimento do aparato estatal de segurança ganha centralidade, bem como a ruptura da base política do general Sisi. Adicionalmente, uma aliança política entre o EI e um grupo armado insurgente, autoproclamado *Province of Sinai*, configura mais uma variável de instabilidade. A ineficiência do aparato de segurança estatal do Cairo na Península do Sinai fundamenta a instabilidade geopolítica, configurando mais uma variável para a grande instabilidade política instaurada no Norte da África.

## OBOR e a projeção chinesa no sul do Cáucaso

*José Gabriel Melo*

No dia 13 de maio, China e Geórgia assinaram um tratado de livre comércio. A negociação iniciou-se no final de 2015, e estipulou uma isenção de tarifas a mais de 90% dos produtos de ambos os países. No acordo, o Estado do sul do Cáucaso comprometeu-se a promover uma maior abertura em seus setores financeiro e de transportes e, em contrapartida, deve se beneficiar da abertura do mercado turístico chinês, um importante componente de sua balança comercial, assim como do gênero alimentício.

A Geórgia, que antes possuía pouca interação com a potência asiática, também tem recebido investimentos relacionados ao projeto chinês *One Belt, One Road*. O país, que no início não foi sequer mencionado, adquiriu importância na iniciativa, tornando-se um componente estratégico para garantir a efetividade do projeto. A Zona Industrial Livre de Poti, localizada a oeste do país e responsável por boa parte do comércio com a Europa, incluindo seu porto, será majoritariamente controlada pela Empresa Chinesa de Energia (CEFC, sigla em inglês), cuja expertise pode trazer *know how* tecnológico e industrial para a Geórgia. A diversificação também se mostra uma promissora alternativa para Tbilisi, que tem no vinho seu principal produto de exportação, e passará a poder contar com a infraestrutura erguida com tais investimentos. Todavia, apesar da presença chinesa na região proporcionar uma alternativa à economia georgiana, pode gerar descontentamento em um importante ator regional e parceiro chinês em outras arenas, a Rússia.

O tratado é o primeiro do gênero a ser assinado com uma ex-república soviética. Iniciativas como estas tendem a contribuir para a consagração do país como um pivô entre a Europa e a China, mas têm potencial para fragilizar a já sensível relação com a Rússia. Diante desse cenário, cabe à Geórgia ponderar seus parceiros, entender os cenários subjacentes a tais parcerias e tomar as decisões que se alinhem aos seus próprios interesses.

## Energia Nuclear e a Segurança Energética japonesa

Vinicius Reis

Em maio, a câmara baixa da DIETA, poder legislativo japonês, aprovou o acordo de cooperação civil na área nuclear com a Índia, reacendendo discussões sobre o uso desse tipo de energia no Estado, especialmente devido ao fato do país sul-asiático não ser signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP).

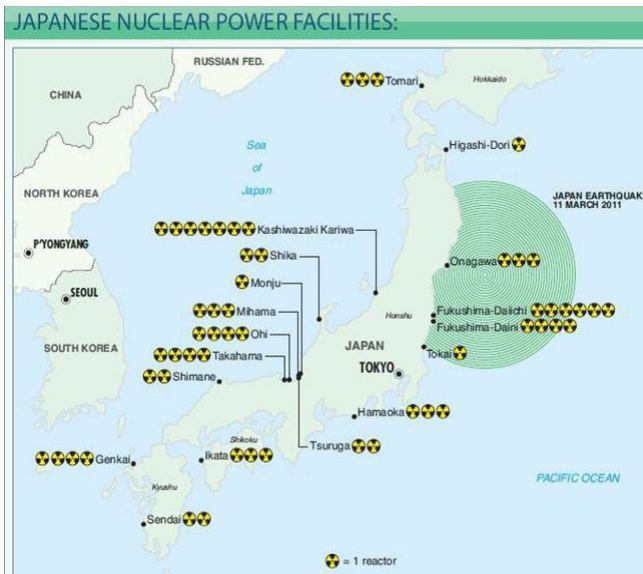


Foto: Eurasia Review

As discussões sobre segurança energética no Japão são balizadas pela experiência da Segunda Guerra Mundial e pelos choques do petróleo na década de 1970, fazendo com que, atualmente, sua política para o setor seja pautada pela tríade “cooperação internacional, eficiência e diversificação”.

A energia nuclear pode ser entendida como imperativo de ordem geopolítica e ferramenta da política externa japonesa, pois a mesma mitiga sua dependência em relação à importação de petróleo e gás natural de outras regiões, reduzindo, assim, sua vulnerabilidade nas rotas marítimas; além de fomentar acordos bilaterais. O *know how* e a *expertise* do Japão em tecnologias de ponta, no setor

energético, servem como moeda de troca do país, que tem procurado firmar acordos de cooperação e transferência tecnológica, especialmente com parceiros geopoliticamente estratégicos, como o Oriente Médio e a Índia.

Os pactos com países do Oriente Médio têm como objetivo o estabelecimento de parcerias na importação de óleo cru e aquisição de novos contratos no setor. Em contrapartida, o incremento da dependência pela importação de petróleo e gás natural, após o acidente nuclear de Fukushima, fez com que o Japão estabelecesse como política de governo a diversificação de suas fontes. Essa busca por um maior equilíbrio levou à sincronia com a diretriz da política externa, voltada para contrabalançar a China, uma vez que os novos parceiros procurados se encontram na África e no Sudeste Asiático, regiões identificadas como zona de influência chinesa.

## China procura novos países para fornecimento de energia

Giuliana Anveres e Philipe Alexandre

Desde 1993, a China importa 1/5 de seu petróleo do Oriente Médio. Entretanto, o governo vem mostrando, a partir desta época, interesse na diversificação em suas fontes, investindo em bacias petrolíferas em outras regiões, como Ásia Central e África. Embora o Oriente Médio ainda seja a região mais rica em hidrocarbonetos no mundo, a instabilidade sócio-política e a presença do Estado Islâmico na região podem ser fatores para o novo rumo tomado pelo governo chinês.

Atualmente, a China continua o movimento em variar suas fontes tradicionais, e passa a focar em outros fornecedores, como a Rússia e os Estados Unidos. No mês de maio, o porta-voz da *China National Petroleum Corporation* afirmou que a empresa tem buscado fontes de petróleo e gás nos Estados Unidos. Referente ao gás natural, Pequim passou a importá-lo de outros países em 2007. Tal recurso vem se consolidando como fonte energética das grandes cidades chinesas, devido aos recentes acordos com a Rússia e com os países da Ásia central.

As novas frentes de comércio internacional, o acelerado crescimento do consumo energético da China e a dependência do mar são os principais fatores que estão impulsionando o país – que é um dos três maiores consumidores e o maior importador de petróleo, no mundo – a buscar novos parceiros no setor de energia. A partir dessas questões, a iniciativa *Belt and Road* se tornou um projeto fundamental não apenas como tentativa de moldar uma nova ordem internacional, como também, para garantir a segurança energética de Pequim.

## A Índia e o Sul da Ásia: Tentativas de reafirmação de áreas de influência

Luciane Noronha

Dois eventos importantes marcaram o mês de maio no Sul da Ásia. No dia 5, a agência espacial indiana *Indian Space Research Organization* (ISRO) lançou, com sucesso, o satélite de comunicações GSAT-9. O segundo fato foi a visita do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi ao Sri Lanka, no dia 11, no âmbito de festividades budistas e da inauguração de um hospital construído naquele país com assistência da Índia.

O GSAT-9 foi descrito por Modi como um presente para os países do SAARC (à exceção do Paquistão) – sigla em inglês para Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional. O arranjo reúne oito membros permanentes, todos países da região; e nove observadores – entre os quais a China e os Estados Unidos. No segundo caso, o líder indiano discursou para uma plateia de tâmil sobre os laços históricos entre os tâmil cingaleses e indianos, em fala que foi destacada como positiva para a relação bilateral entre ambos.

As duas iniciativas podem ser analisadas à luz de antigos modelos de diplomacia desenvolvidas por pensadores indianos ainda antes da Era Comum. O princípio do Dana, por exemplo, pressupõe que uma das formas mais eficazes de conquistar aliados é oferecendo presentes – como o satélite. Já o discurso de Modi no Sri Lanka pode ser visto como exemplo do conceito de Saman: um recurso conciliatório, de modo a apaziguar tensões existentes.

Os motivos para a escolha dessas abordagens podem ser vistos por dois lados: em primeiro lugar, o Sul da Ásia está inserido como entorno primário de interesse da Índia. Historicamente, Nova Délhi tem dificuldade em engajar com os países da região, em parte, por assumir uma postura incisiva. Assim, métodos mais brandos de diálogo representam nova tentativa de aproximação com países estrategicamente importantes. Em segundo lugar, ambos os fatos ocorreram pouco antes do *Belt and Road Forum*, na China – onde todos os países do SAARC, com exceção da Índia, estiveram presentes. Nesse sentido, Nova Délhi visa fortalecer sua influência na região, que está incluída no projeto Indo-japonês do *Asia-Africa Growth Corridor* (AAGC) – lançado, este mês, na 52ª Reunião do Banco Africano de Desenvolvimento. Concorrente ao *One Belt, One Road*, o AAGC tem como objetivo o estabelecimento de um corredor econômico entre Ásia e África, sob as lideranças indiana e japonesa.

## SUDESTE ASIÁTICO

### Marinha Real Tailandesa adquire submarinos chineses

Larissa Marques

A Marinha Real tailandesa assinou um contrato, no dia 5 de maio, em Pequim, com a empresa estatal *China Shipbuilding and Offshore International* (CSOC), para a compra do primeiro submarino de fabricação chinesa. O programa prevê a aquisição de três submarinos, no total.

A preocupação inicial quanto ao acordo era se as especificações do submarino diesel-elétrico S26T da classe Yuan (Type 039A) realmente atenderiam às expectativas da Marinha tailandesa, conforme disposto em sua estratégia naval. Outra questão foi o preço da compra, estipulado em US\$ 390 milhões, cada um, considerado um valor elevado.

Alguns analistas afirmam que os submarinos chineses são inferiores, em relação à tecnologia aplicada aos modelos produzidos na Rússia e nos Estados Unidos; todavia, eles ainda poderiam participar de combates contra oponentes não tão avançados que usem meios navais mais antigos no Sudeste Asiático.

Vale destacar que a Tailândia tem um histórico sólido de acordos na área militar com os Estados Unidos. Este quadro tem probabilidade de ser abalado após a assinatura desse contrato, visto que pode significar o fortalecimento dos laços entre Pequim e Bangkok e o aumento da influência chinesa na região.

Assim como as demais nações emergentes do Sudeste Asiático, China e EUA também disputam



a zona de influência na Tailândia, visto que se localiza estrategicamente no Mar de Andamão, e está incluída na rota marítima de transporte de petróleo entre o Oriente Médio e a região da Ásia-Pacífico. Seria esse, portanto, mais um sinal de fraqueza no contraponto geopolítico americano ao Cordão de Pérolas

## **A Democracia como o primeiro (de muitos) desafios ao Timor-Leste**

*Thayná Fernandes*

No último mês de março, o Timor-Leste vivenciou a realização das primeiras eleições Presidenciais sem qualquer tipo de interferência externa. Com 57% dos votos, o candidato Francisco Guterres foi eleito o novo presidente timorense, empossado no último dia 20 de maio.

O Timor-Leste, como já abordado no Boletim Geocorrente 40, possui história conturbada, envolvendo períodos de conflitos, tanto com a Indonésia, quanto internamente. O sistema político timorense é a Democracia Parlamentarista, sendo a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETLIN) e o Congresso Nacional para a Reconstrução Timorense (CNRT) os dois principais partidos do país. A FRETLIN foi fundada em 1975, com o objetivo de combater o domínio indonésio; já o CNRT teve sua fundação em 2007, pelo ex-Presidente Xanana Gusmão.

Em 2015, a competitividade entre os partidos começou a esmaecer, por conta do que se considera um “acordo de compartilhamento de poder” entre a FRETLIN e o CNRT: se o candidato eleito presidente fosse da FRETLIN, este apoiaria o candidato do CNRT a primeiro-ministro e vice-versa. Dessa forma, não haveria real alternância de governo.

Como Presidente, Guterres (da FRETLIN) terá, além dos aspectos internos (controlar o desemprego, a corrupção e diversificar a economia), questões externas a tratar, como a resolução das disputas pelo *Timor Gap* com os australianos. Trata-se de território marítimo composto por campos de petróleo, estimados em US\$40 bilhões, cuja divisão vem sendo contestada por Díli. Em seu discurso de posse, o novo chefe de Estado timorense deixou claro que pretende aprofundar as relações com Austrália, Indonésia e Portugal; no entanto, afirmou, também, que acompanhará com atenção a demarcação das fronteiras marítimas e terrestres com os dois primeiros países, visando “uma solução justa e equitativa”. Nesse sentido, muitas são as expectativas sobre os próximos capítulos da história do Timor-Leste.

## **ÁRTICO E ANTÁRTICA**

### **Fairbanks e além**

*Pedro Allemand*

No dia 11 de maio, na cidade de Fairbanks, Alasca, deu-se o Encontro Ministerial do Conselho do Ártico. A cada dois anos, os membros e observadores do Conselho se reúnem para debater os rumos da organização e temas diversos da política hiperbórea; bem como transferir a presidência rotativa de um membro permanente para outro. No encontro realizado esse ano, foi assinado um acordo de cooperação científica, e a presidência da organização passou dos EUA à Finlândia.

A presidência estadunidense foi marcada pela inação, com a ausência de medidas relativas ao enfrentamento da mudança climática. Mesmo com a visita de Obama ao Alasca e diversas medidas com respeito ao meio ambiente e aos povos indígenas da região, os EUA muito pouco fizeram em prol da gestão multilateral da região. Uma série de fatores - o conturbado período eleitoral, as crises em que os EUA estão envolvidos globalmente - podem ser apontados responsáveis por esse fato. A distância norte-americana se torna ainda maior com o novo governo, que nega a mudança climática e que, durante o encontro, revogou a proibição de exploração de petróleo no Ártico americano.

Vale ainda ressaltar uma característica do Conselho do Ártico: sua relativa blindagem às tensões externas. Embora a geopolítica do *High North* sofra diretamente as consequências dos tensionamentos ao redor do globo, as reuniões e decisões do Conselho parecem não se deixar afetar por essas questões.

Em ocasiões anteriores, o presidente finlandês Sauli Niinistö, declarou preocupação em ver a inserção do Ártico nos jogos geopolíticos das potências. A política finlandesa para a região tem prezado por dirimir as tensões resultantes desse processo. A relativa tranquilidade do Conselho é vital para o avanço da governança compartilhada do polo setentrional e para os objetivos da política finlandesa, como evitar a militarização da região, buscar a preservação ambiental e articular planos contra a mudança climática.

- DEFENSE ONE - 28/05/2017  
**Russian Lawmaker: We Would Use Nukes if US or NATO Enters Crimea** - *By: Patrick Tucker*
- GEOPOLITICAL FEATURES - 24/05/2017  
**The World That World War II Built** - *By: George Friedman*
- EL PAIS - 29/05/2017  
**El millonario negocio petrolero de Venezuela con Estados Unidos escapa de las sanciones** - *By: Joan Faus*
- NATIONAL INTEREST - 28/05/2017  
**Is Trump Pushing Merkel to Create A German Superpower?** - *By: Jacob Heilbrunn*
- PROJECT SYNDICATE - 30/05/2017  
**A Turning Point for Iran?** - *By: Christopher R. Hill*
- CARNEGIE - 18/05/2017  
**The Burden of Predictability: Russia's 2018 Presidential Election** - *By: Andrei Kolesnikóv*
- YALE - 23/05/2017  
**Globalization Without Uncle Sam: America First May Mean America Out** - *By: Hassan Siddiq*
- ROYAL UNITED SERVICES INSTITUTE - 23/05/2017  
**Emmanuel Macron, Britain and European Security: Preliminary Indicators** - *By: Peter Ricketts*
- UNITED STATES NAVAL INSTITUTE  
**Too Big to Sink** - *By: Jeff Vandenengel*
- BROOKINGS - 30/05/2017  
**Modelling the economic impacts of Korean unification** - *By: Warwick J. McKibbin, Jong-Wha Lee, Weifeng Liu, and Cheol Jong Song*

[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]

Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:

<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>

Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.

- **O ouro branco da América do Sul**  
 LICHTIN, Christian. *Situación actual y futura del litio en Chile*. 2016. Minería Chilena. Disponível em: <<http://www.mch.cl/reportajes/situacion-actual-y-futura-del-litio-en-chile/>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.  
 GONTIJO, Maria Lúcia. *Descobertas novas reservas de lítio no Jequitinhonha*. 2017. O Tempo. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/descobertas-novas-reservas-de-l%C3%AAdtio-no-jequitinhonha-1.1454425>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.
- **Guerra das Malvinas: 35 anos depois**  
 CENTENER, MAR. *El premio Nobel Pérez Esquivel viaja a Malvinas a dialogar 35 años después de la guerra*. EL País, Buenos Aires, 11 mar. 2017. Disponível em: <[http://internacional.elpais.com/internacional/2017/03/10/argentina/1489174183\\_044217.html?rel=mas](http://internacional.elpais.com/internacional/2017/03/10/argentina/1489174183_044217.html?rel=mas)>. Acesso em: 25/05/2017.  
 CARVALHO, Rogério do Nascimento. *Ilhas Malvinas: Análise da Segurança e Defesa no Atlântico Sul*. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, São Paulo, 2016. Disponível em: <[http://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/CARVALHO\\_SP04-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](http://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/CARVALHO_SP04-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)>. Acesso em: 26/05/2017.
- **As obras do Canal da Nicarágua não avançam**  
 CARVALHO, Thales Leonardo de. *O canal da Nicarágua: Um caminho transoceânico preparado para o futuro na América Latina*. Conjuntura Internacional, 6 Mai. 2015. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2015/05/06/o-canal-da-nicaragua-um-caminho-transoceanico-preparado-para-o-futuro-na-america-latina/>> acesso em: 27/05/2017  
 BBC BRASIL. *Polêmico canal interoceânico na Nicarágua deve fortalecer China*. 14 Jun. 2013. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130614\\_canal\\_nicaragua\\_fl](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130614_canal_nicaragua_fl)>. Acesso em: 27/05/2017.
- **República Democrática do Congo: crise humanitária e apego ao poder**  
 UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. *DR Congo: Weekly Humanitarian Update*. 21 de abril de 2017. Disponível em: <[http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/weelky\\_update\\_21april2017.pdf](http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/weelky_update_21april2017.pdf)>. Acesso em 22 de abril de 2017.  
 HOEBEKE, Hans. *Kamuina Nsapu Insurgency Adds to Dangers in DR Congo*. 21 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/kamuina-nsapu-insurgency-adds-dangers-dr-congo>>. Acesso em 19 de abril de 2017.
- **Convulsão Social e Faccionalismo Político na África do Sul**  
 BREMMER, Ian. *5 World Leaders Less Popular than President Donald Trump*. Time. Disponível em: <<http://time.com/4785127/michael-temer-nicolas-maduro-donald-trump/>>. Acesso em 25 de maio de 2017.  
 FABRICIUS, Peter. *The Fuzzy Logic of Radical Economic Transformation*. ISS Africa. Disponível em: <<https://issafrica.org/iss-today/the-fuzzy-logic-of-radical-economic-transformation>>. Acesso em 27 de maio de 2017.
- **Reino Unido de volta ao Terror**  
 DODD, Vikram et al. *At least 22 killed, 59 injured in suicide attack at Manchester Arena*. 2017. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2017/may/22/manchester-arena-police-explosion-ariana-grande-concert-england>>. Acesso em: 28 de maio 2017.  
 HUME, Tim. *Chilcot report delivers damning verdict on British role in Iraq War*. 2016. CNN. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2016/07/06/europe/uk-iraq-inquiry-chilcot-report/index.html>>. Acesso em: 28 de maio 2017.
- **As relações Turquia-EUA: o desafio de conciliar demandas divergentes**  
 KAHL, Colin. *The United States and Turkey Are on a Collision Course in Syria*. 2017. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2017/05/12/the-united-states-and-turkey-are-on-a-collision-course-in-syria-trump/>>. Acesso em: 19 maio 2016.  
 SNOW, Shawn; DEGRANDPRE, Andrew. *In Turkey, new demands to evict US forces from Incirlik Air Base*. 2017. Disponível em: <[http://www.militarytimes.com/articles/us-troops-turkey-incirlik-ypg-pkk-syrian-kurds?utm\\_source=Sailthru&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Navy+DNR+05-15-17&utm\\_term=Editorial+-+Navy+-+Daily+News+Roundup](http://www.militarytimes.com/articles/us-troops-turkey-incirlik-ypg-pkk-syrian-kurds?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_campaign=Navy+DNR+05-15-17&utm_term=Editorial+-+Navy+-+Daily+News+Roundup)>. Acesso em: 19 maio 2017.
- **Fissuras políticas no Egito: Península do Sinai e o avanço terrorista**  
 ASHOUR, Omar. *Opinion. Al-Jazeera. Sinai insurgency: an enduring risk*. Disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2016/04/sinai-egypt-160424074317507.html> Acesso em 28.mai.2017  
 NAJJAR, Farah. *Al-Jazeera. Attacks on Cops in Sinai 'a message from ISIL'*. Disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/03/egypt-attacks-copts-sinai-message-isil-170301072118504.html> Acesso em 28.mai.2017
- **OBOR e a projeção chinesa no sul do Cáucaso**  
 LARSEN, J. Georgia: *The Black Sea Hub for China's 'Belt and Road'*. The Diplomat. Disponível em: <http://thediplomat.com/2017/05/georgia-the-black-sea-hub-for-chinas-belt-and-road/>. Acesso em 3 de maio de 2017.  
 XINHUA. *China, Georgia ink free trade agreement*. Xinhua. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c\\_136280144.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136280144.htm). Acesso em 14 de maio de 2017
- **Energia Nuclear e a Segurança Energética japonesa**  
 LUFT, Gal & KORIN, Anne. *Energy Security Challenged for the 21st Century*. 2009;  
 Japan-India civil nuclear pact. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/05/19/editorials/japan-india-civil-nuclear-pact/#.WStcRYwrJPb>. Acesso em: 24 de Maio de 2017;
- **China procura novos países para fornecimento de energia**  
 COSTA, Andreia M. *China foge aos fornecedores tradicionais e foca-se na energia dos EUA*. Disponível em: <<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/china-foge-aos-fornecedores-tradicionais-e-foca-se-na-energia-dos-eua-159006>> Acesso em 25 de abril, 2017.  
 BICALHO, Ronaldo e SOUZA, Felipe de. *O desafio energético chinês*. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2013/04/22/o-desafio-energetico-chines/>> Acesso em 27 de abril, 2017.
- **A Índia e o Sul da Ásia: Tentativas de reafirmação de áreas de influência**  
 ARORA, Medhavi. *India launches satellite for South Asian countries, Pakistan says no thanks*, CNN, 05 de maio de 2017. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/05/04/asia/india-pakistan-satellite/>>. Acesso em 25/05/2017.  
 BUSINESS STANDARD. *Modi pushes for Asia-Africa growth corridor with Japan*, 23 de maio de 2017. Disponível

- **Marinha Real Tailandesa adquire submarinos chineses**  
SPUTNIK BRASIL. *Tailândia decide comprar submarinos chineses e irrita o Ocidente*, 02 mai. 2017. Disponível em: < <https://br.sputniknews.com/defesa/201705028297203-Tailandi-Submarino-China/>> Acesso em: 24 mai. 2017.  
THE NATION. *Thai navy signs Bt13.5-bn deal for Chinese submarine*, 05 mai. 2017. Disponível em: < <http://www.nationmultimedia.com/news/national/30314456> > Acesso em: 26 mai. 2017
- **A Democracia como o primeiro (de muitos) desafios ao Timor-Leste**  
HOOI, Khoo Ying. *The Importance of Timor-Leste's 2017 Elections*. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/03/the-importance-of-timor-lestes-2017-elections/>>. Acesso em: 10 mai. 2017  
LUEDI, Jeremy. *East Timor needs more than peaceful elections to survive*. Disponível em: <<http://globalriskinsights.com/2017/04/east-timor-more-than-elections-needed/>>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- **Fairbanks e além**  
QUINN, Eilís. *Arctic Council ministerial – View from Finland*. Eye On The Arctic. Disponível em: <<http://www.rcinet.ca/eye-on-the-arctic/2017/05/11/arctic-council-ministerial-view-from-finland/>>. Acesso em: 27/05/2017.  
Arctic Council Website. 10. *Ministerial meeting in Fairbanks, USA, May 11 2017*. Disponível em:< <https://oaarchive.arctic-council.org/handle/11374/1906>>. Acesso em: 27/05/2017.